



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO TRABALHO DE NOVO HAMBURGO EM 10.11.2015

Aos 10 dias do mês de novembro de 2015, compareceu à sede da 2ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0006252-61.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Titular Paulo André de França Cordovil, pela Diretora de Secretaria Andressa Trierweiler e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 24.04.1979

Data da última correição realizada: 02.12.2014

Data de Instalação do PJe: 13.06.2014

Jurisdição: Lindolfo Collor, Morro Reuter, Novo Hamburgo, Picada Café, Presidente Lucena

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 10.11.2015

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juiz Atual

Juiz	Situação	Período
Paulo André de França Cordovil	Juiz Titular	Desde 13.10.2010

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 05.11.2015)

2.1.2 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 2ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo, pertence à 60ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, juntamente com a 1ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas da Comarca. Essa circunscrição 4 vagas de zoneamento,



ocupadas pelos Juízes **Thiago Boldt de Souza**, **Ivanise Marilene Uhlig de Barros**, **Giani Gabriel Cardozo** e **Gustavo Pusch**.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
-	Paulo André de França Cordovil	Juiz Titular desde 13.10.2010		
-	Ivanise Marilene Uhlig de Barros	Juízes Substitutos zoneados na Circunscrição		
-	Thiago Boldt de Souza			
-	Gustavo Pusch			
-	Giani Gabriel Cardozo			
1	Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo			
2	Ana Paula Keppeler Fraga	10.03 a 11.05.2014	Atuação em regime de Juiz Auxiliar compartilhado na 1ª a 5ª Varas do Trabalho de Novo Hamburgo	62 dias
3	Jaqueline Maria Menta	15 a 28.09.2014		14 dias
4	Rafael Moreira de Abreu	29.09 a 16.11.2014		48 dias
5	Adriana Ledur	06 a 14.10.2014 20.10 a 23.11.2014 12.03 a 12.04.2015		Atuação como Juíza Auxiliar
		21 a 27.09.2015		
6	Patrícia Bley Heim	24.11 a 08.12.2014	Atuação em regime de Juiz Auxiliar compartilhado na 1ª a 5ª Varas do Trabalho de Novo Hamburgo	27 dias
		15 a 26.07.2015	Atuação em razão das férias do Juiz Titular	
7	Charles Lopes Kuhn	09 a 19.12.2014	Atuação em regime de Juiz Auxiliar compartilhado na 1ª a 5ª Varas do Trabalho de Novo Hamburgo	11 dias
8	Sheila Spode	27.07 a 02.08.2015	Atuação em razão das férias do Juiz Titular	6 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 05.11.2015)



2.1.4 Afastamentos do Juiz Titular durante o Período Correccionado

Juiz	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Paulo André de França Cordovil	Férias	06.02 a 09.03.2014 14.07 a 12.08.2014 09.02 a 10.03.2015 15.07 a 13.08.2015	124 dias
	Afastamento conforme P.A. nº 0006750-94.2014.5.04.0000	10 e 11.11.2014	

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 05.11.2015)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Andressa Trierweiler	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretora de Secretaria (CJ3)	05.07.2013
2	Ana Lúcia Tedesco Alves	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Titular (FC05)	18.10.2010*
-	Rossano Aires da Costa	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	10.03.2014
-	Priscila de Abreu Carvalho Bolinelli Aguiar	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	15.10.2015*
3	Bibiana Straatmann dos Santos	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	25.04.2011
4	Vanessa Frolich	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	04.06.2008
5	Leonir Inês Copetti	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	30.08.1994
6	Leandro Caceres Souza	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	15.10.2007
7	Flávia Adriani Dalbosco Francisco	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	18.04.2012*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

8	Eder Nunes Monteiro	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	23.04.2007
9	Antônio Augusto Krumenauer Lorscheiter	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	28.11.2011
10	Regina Maria de Oliveira Sincas	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	22.07.2013
11	Diane Lara Arnold	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	12.05.2014

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.10.2015)

* As servidoras Ana Lúcia Tedesco Alves, Priscila de Abreu Carvalho e Flávia Adriani Dalbosco Francisco registram lotação anterior na Unidade Judiciária, de 04.12.1995 a 11.06.2001, de 07.01.2015 a 29.09.2015 e de 06.12.2010 a 08.12.2011, respectivamente.

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.263 processos	1.001 a 1.500	11 servidores	11 a 12 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas nas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 2ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo está **de acordo** com o parâmetro previsto na referida norma.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Ana Lúcia Tedesco Alves	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	10	10
Andressa Trierweiler	Curso ou Evento	3	3
Antônio Augusto Krumenauer Lorscheiter	-	-	-
Bibiana Straatmann dos Santos	Curso ou Evento	2	2
Diane Lara Arnold (desde 12.05.2014)*	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	47	47
Eder Nunes Monteiro	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Flávia Adriani Dalbosco Francisco	Curso ou Evento	1	10
	Trabalho nas Eleições	5	
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	4	
Leandro Caceres Souza	Curso ou Evento	1	19
	Júri ou outros serviços obrigatórios por leu	1	
	Doença em Pessoa da Família	11	
	Trabalho nas Eleições	3	
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	3	
Leonir Inês Copetti	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	59	59
Priscila de Abreu Carvalho Bolinelli Aguiar (desde 15.10.2015)*	-	-	-
Regina Maria de Oliveira Sincas	Curso ou Evento	3	6
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	
Rossano Aires da Costa (desde 10.03.2014)*	Licença-Paternidade	5	10
	Trabalho nas Eleições	5	
Vanessa Frolich	Curso ou Evento	5	13
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	4	
	Trabalho nas Eleições	3	
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	1	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.10.2015)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Jonas dos Santos	18.11.2009	23.02.2014	4 anos, 3 meses e 6 dias	Vacância – Posse em cargo inacumulável
2	Márcia Nyland	11.03.2013	09.03.2014	11 meses e 29 dias	Lotação na Secretaria da Corregedoria - Assistente de Juiz Substituto (FC05)*



3	Joice Coelho Paz	06.05.2010	30.10.2014	4 anos, 5 meses e 25 dias	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Taquara - Assistente de Juiz Substituto (FC05)*
---	------------------	------------	-------------------	---------------------------	---

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.10.2015)

* A servidora Márcia Nyland já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.

2.2.5 Estagiários

Conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.10.2015, verifica-se que o estagiário Gabriel Galhardi Cezimbra desenvolve atividades na Unidade desde 04.05.2015, havendo previsão de término do contrato para o dia 03.11.2015. Portanto, no dia da correição, a Vara do Trabalho não contará com estagiário de Direito.

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação do Juiz Titular e dos Juizes Substitutos Zoneados durante o Período Correccionado

Juiz(a)		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	Paulo André de França Cordovil	-	-	52	52
Substitutos Zoneados	Thiago Boldt de Souza	-	8	91	99
	Ivanise Marilene Uhlig de Barros	-	8	141	149
	Giani Gabriel Cardozo	-	-	144,5	144,5
	Gustavo Pusch	-	-	41	41

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.10.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Ana Lúcia Tedesco Alves	-	8	-	8
Andressa Trierweiler*	20	28	70	118
Antônio Augusto Krumenauer Lorscheiter	-	20	80	100
Bibiana Straatmann dos Santos	-	20	289	309
Diane Lara Arnold	-	20	80	100
Eder Nunes Monteiro	-	20	-	20
Flávia Adriani Dalbosco Francisco	-	26	70	96



Leandro Caceres Souza	-	20	40	60
Leonir Inês Copetti	-	-	95	95
Priscila de Abreu Carvalho Bolinelli Aguiar	-	20	432	452
Regina Maria de Oliveira Sincas	20	20	238	278
Rossano Aires da Costa	-	8	69	77
Vanessa Frolich	-	26	-	124

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.10.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

* Gestora da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.376	1.321	-4,00%	1.364	3,26%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	111	149	34,23%	196	31,54%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.688	1.666	-1,30%	1.642	-1,44%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	84	52	-38,10%	56	7,69%
Total	3.259	3.188	-2,18%	3.258	2,20%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

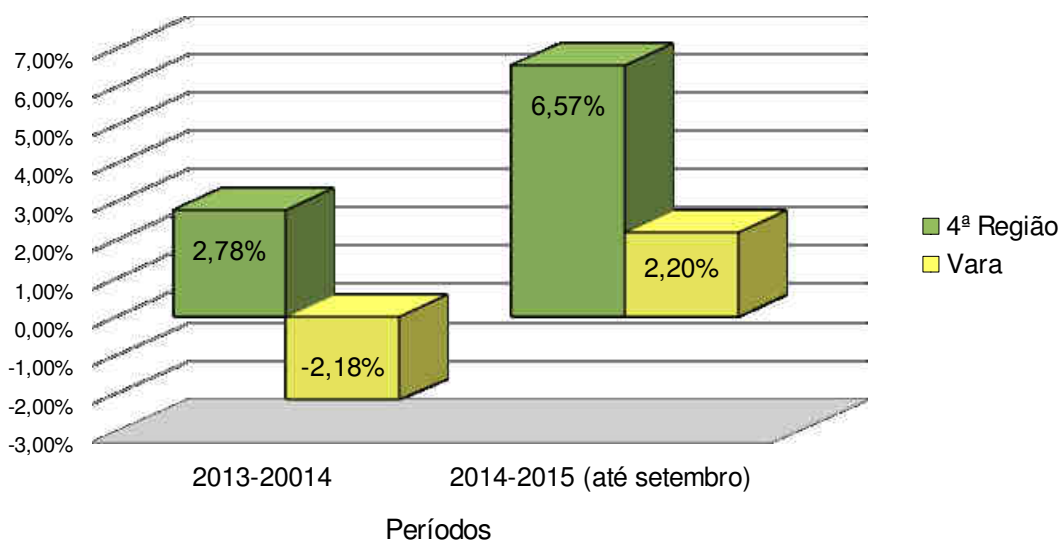
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve uma redução de 2,18% no acervo de processos tramitando na Unidade Judiciária em relação ao ano anterior. A liquidação foi a única fase que apresentou aumento no estoque (acréscimo de 38 processos, o que corresponde a uma elevação de 34,23%). Por sua vez, em números absolutos, o conhecimento foi a fase que registrou a maior queda no acervo (decréscimo de 55 processos), ao passo que as cartas precatórias e/ou de ordem pendentes de devolução foram a espécie que apresentou a maior redução percentual (38,10%) no período sob análise.



O decréscimo no estoque de processos da 2ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo em 2014 destoou da tendência apresentada pela 4ª Região no período, quando registrado um aumento de 2,78% no número de processos em tramitação. A seu turno, os dados parciais de 2015 (colhidos até o mês de setembro) apontam um aumento de 2,20% no acervo de processos tramitando na Unidade – aumento este inferior, contudo, à média regional no mesmo período, como aponta o gráfico abaixo:

Variação percentual do acervo de processos tramitando



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos Pendentes de Solução

	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 30.09)	Varição 2014-2015
Casos novos	1.260	1.286	2,06%	954	-25,82%
Sentenças anuladas/reformadas	9	1	-88,89%	3	200,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	1.243	1.189	-4,34%	891	-25,06%
Processos pendentes de solução	611	610	-0,16%	697	14,26%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

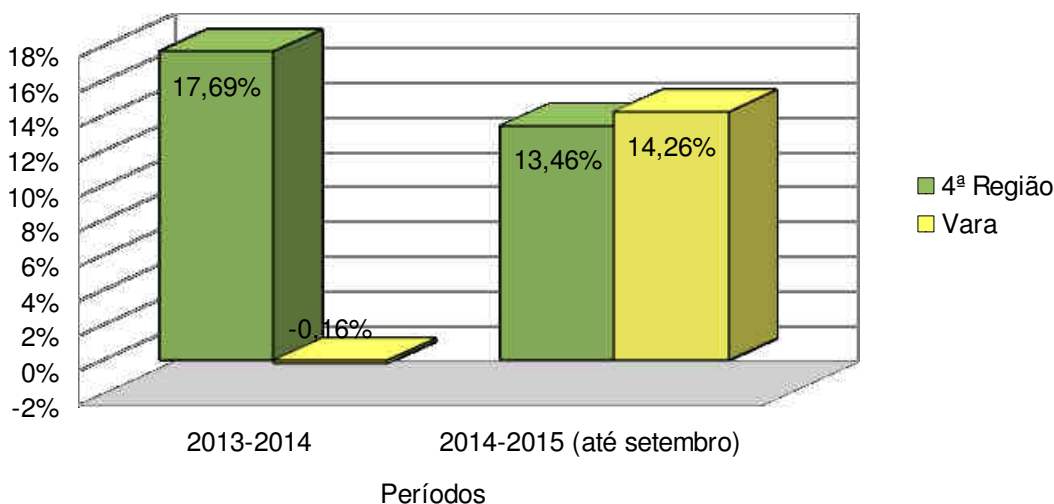
No ano de 2014, registrou-se uma relativa estabilidade (queda de 0,16%) no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior – índice que vai de encontro à média verificada em toda a 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento registrou aumento de 17,69%. Destaca-se que o acervo da Unidade manteve-se estável a despeito de ter havido um aumento de 2,06% na média mensal de casos novos – a qual passou de 105,75 processos, em 2013,



para 107,25 processos, em 2014.

Por outro lado, os dados dos nove primeiros meses de 2015 apontam aumento de 14,26% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice é ligeiramente superior à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2015, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Variação percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que em 31.12.2014 a maior parte destes (65,41%) se encontrava aguardando o encerramento da instrução processual. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2013 a 30.09.2015, houve um aumento de 52,94% no número de feitos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade (de 34 para 52 processos). Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Aguardando 1ª sessão de audiência	156	147	-5,77%	166	12,93%
Aguardando encerramento da instrução	379	399	5,28%	440	10,28%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	42	48	14,29%	39	-18,75%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	34	16	-52,94%	52	225,00%
TOTAL	611	610	-0,16%	697	14,26%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)



3.2.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Novo Hamburgo – 2ª Vara	39,40%	37,36%	-5,18%	43,14%	15,49%
Média no TRT4 1ª Instância	40,94%	44,33%	8,28%	52,43%	18,27%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

* Taxa de congestionamento = $1 - [\text{número de processos solucionados} / (\text{resíduo anterior} + \text{processos recebidos})]$

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período em relação ao total pendente de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 37,36% no ano de 2014, constatando-se uma redução de 5,18% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, a seu turno, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 6,97 pontos percentuais.

3.2.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até 30.09)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	682	54,87	654	55,00	478	53,65
	Julgado procedente	38	3,06	48	4,04	18	2,02
	Julgado procedente em parte	286	23,01	222	18,67	173	19,42
	Julgado improcedente	68	5,47	91	7,65	77	8,64
	Extinto	1	0,08	2	0,17	0	0,00
	Outras decisões	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sem exame de mérito	Extinto	46	3,70	35	2,94	37	4,15
	Arquivamento (art. 844 CLT)	59	4,75	74	6,22	79	8,87
	Desistência	37	2,98	47	3,95	29	3,25
	Outras decisões	26	2,09	16	1,35	0	0,00
TOTAL		1.243	100	1.189	100	891	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

Verificou-se uma redução de 54 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014 na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 4,34%. Essa queda supera a tendência apresentada na 4ª

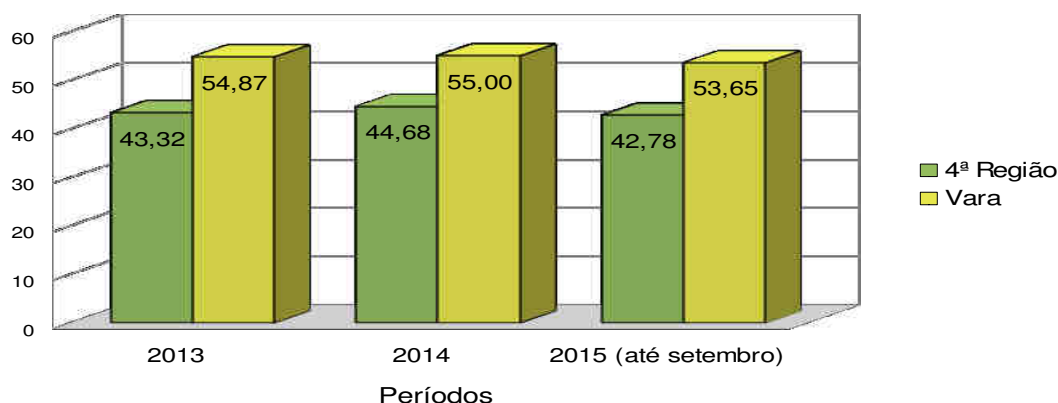


Região, a qual apresentou uma redução média de 2,67% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013.

Dentre os tipos de solução, constatou-se uma redução no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 393 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2014, esse número alcançou 363 decisões, representando um decréscimo de 7,63%. O desempenho da Unidade nesse quesito também se mostra abaixo da média do TRT4, o qual registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

A análise do quadro acima demonstra, ainda, uma relativa estabilidade no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária (muito embora tenha havido redução nos números absolutos): em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 682, representando 54,87% dos processos solucionados; já em 2014, o número total de conciliações alcançou 654, correspondendo a 55% - índice superior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%. Por fim, constata-se que entre janeiro e setembro do corrente ano o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 53,65% - resultado novamente acima da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:

Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos Pendentes de Liquidação

	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 30.09)	Varição 2014-2015
Iniciadas	182	242	32,97%	167	-30,99%
Encerradas	239	211	-11,72%	109	-48,34%
Pendentes	106	132	24,53%	190	43,94%
Arquivo Provisório	44	45	2,27%	44	-2,22%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)



O número de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 106, em 2013, para 132, em 2014, importando em uma elevação de 24,53%. Tal índice supera a média verificada em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%). O principal fator que contribuiu para essa elevação foi o aumento de 32,97% no número de liquidações iniciadas na comparação com o ano anterior, o que importou em uma discrepância de 14,69% entre o número de liquidações iniciadas (242) e encerradas (211) no ano de 2014.

Por sua vez, nos nove primeiros meses de 2015, houve um aumento de 58 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2014 - o que corresponde a uma elevação de 43,94%, indo de encontro à tendência do TRT4 no período, cujo acervo médio retrocedeu 1,43%.

3.3.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório)*					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Novo Hamburgo – 2ª Vara	31,91%	39,37%	23,38%	63,55%	61,41%
Média no TRT4 1ª Instância	42,12%	44,16%	4,83%	50,33%	13,99%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

* Taxa de congestionamento = $1 - \frac{\text{número liquidações encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{liquidações iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na 2ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo foi de 39,37% no ano de 2014, constatando-se um aumento de 23,38% em relação ao índice do ano anterior. Em contrapartida, na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade Judiciária foi 4,83 pontos percentuais inferior ao congestionamento médio do TRT4.

3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Entrada	Iniciadas	404	365	-9,65%	234	-35,89%
	Desarquivadas para prosseguimento	35	698	1.894,29%	159	-77,22%
Saídas	Encerradas	398	392	-1,51%	326	-16,84%
	Arquivadas Provisoriamente	177	265	49,72%	99	-62,64%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	18	40	122,22%	19	-52,50%
	Demais	1.075	891	-17,12%	860	-3,48%
	Total	1.093	931	-14,82%	879	-5,59%



Saldo no arquivo Provisório	1.618	1.093	-32,45%	1.023	-6,40%
------------------------------------	-------	-------	---------	-------	--------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes na 2ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo passou de 1.093 para 931 processos – o que corresponde a uma redução de 14,82% em relação ao ano anterior. Tal índice foi bastante superior à tendência apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo médio. O principal fator que contribuiu para essa elevação foi a queda de 9,65% no número de execuções iniciadas na comparação com o ano anterior, o que importou em uma discrepância de 7,40% entre o número de execuções encerradas (392) e iniciadas (365) no ano de 2014. Outro fator importante que contribuiu para essa redução no acervo foi o aumento de 49,72% no número de execuções arquivadas provisoriamente em relação ao ano de 2013.

A seu turno, no período de janeiro a setembro de 2015, o estoque de processos na fase de execução na Unidade Judiciária apresentou uma redução de 5,59% em relação ao final do ano anterior – desempenho destoante da média regional no mesmo período, que avançou 1,25%.

3.4.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório)*					
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 30.09)	Varição 2014-2015
Novo Hamburgo – 2ª Vara	76,10%	73,11%	-3,92%	72,02%	-1,50%
Média no TRT4 1ª Instância	69,60%	70,81%	1,74%	80,13%	13,15%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

* Taxa de congestionamento = $1 - \frac{\text{número execuções encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{execuções iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 73,11% no ano de 2014, constatando-se uma redução de 3,92% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, por outro lado, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 2,30 pontos percentuais.

Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 30.09)	Varição 2014-2015
Novo Hamburgo – 2ª Vara	88,28%	87,26%	-1,16%	85,56%	-1,94%
Média no TRT4 1ª Instância	84,51%	84,91%	0,47%	88,15%	3,81%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da 2ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo na fase de execução, a qual passa a corresponder a 87,26% – 1,16% inferior à taxa registrada no ano anterior. Na comparação com



o índice da 4ª Região em 2014, a seu turno, a taxa de congestionamento da Unidade passa a ser 2,35 pontos percentuais maior, o que denota uma efetividade na execução abaixo da média regional.

3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Processos com inclusão de devedor no BNDT	303	269	-11,22%	128	-52,42%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	218	162	-25,69%	103	-36,42%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.789	1.760	-1,62%	1.747	-0,74%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 2ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 30.09.2015. Dessa consulta, resultou uma lista de **11 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:

1	Processo nº 0137800-26.2008.5.04.0302
	<p>Situação processual: em 16.01.2015, foi publicada decisão julgando extinta a execução, diante do pagamento realizado, e determinando o oportuno arquivamento dos autos. Em 25.02.2015, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. Histórico BNDT: em 12.09.2011, o coexecutado “César Dutra Abichequer” foi incluído no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”. Em 13.09.2011, a coexecutada “Jolly Comércio de Calçados Ltda.” foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”. Em 14.10.2011, os coexecutados “Jony Jesus Carvalho Hernandez” e “Chequer Participações e Representações Ltda.” foram incluídos no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”.</p>



2

Processo nº 0016000-70.2004.5.04.0302

Situação processual: em 29.04.2015, foi publicado despacho determinando a expedição de alvarás aos respectivos credores. Em 22.06.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 05.10.2015, foi publicado despacho determinando o arquivamento dos autos. **Histórico BNDT:** em 13.09.2011, os coexecutados “Metalúrgica Metaljet Indústria e Comércio de Enfeites e Fivelas Ltda. (Massa Falida de)”, “Adão Fernandes de Lima”, “Roni Medina” e “Izaias Silva de Lima” foram incluídos no BNDT, com a anotação da situação “com garantia do juízo”.

3

Processo nº 0000232-94.2010.5.04.0302

Situação processual: em 21.05.2015, foi publicada decisão julgando extinta a execução, diante do pagamento realizado, e determinando o arquivamento dos autos. Também em 21.05.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 22.05.2015, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. **Histórico BNDT:** em 15.04.2013, a executada “Construtora Santa Fé Ltda.” foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”.

4

Processo nº 0000272-42.2011.5.04.0302

Situação processual: em 16.03.2015, foi publicada decisão julgando extinta a execução, diante do pagamento realizado, e determinando o oportuno arquivamento dos autos. Também em 16.03.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 18.03.2015, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. **Histórico BNDT:** em 14.09.2011, a executada “Angel Zeladoria e Portaria Ltda.” foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “com garantia do juízo”.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 21.10.2015)

Além dos processos supralistados, também se encontram com reclamados inscritos no BNDT, apesar de suas execuções terem sido extintas, os seguintes processos:

Processo nº		
0000412-76.2011.5.04.0302	0041500-17.1999.5.04.0302	0050900-40.2008.5.04.0302
0000531-03.2012.5.04.0302	0080000-06.2009.5.04.0302	0000917-33.2012.5.04.0302
0092300-93.1992.5.04.0302	-	-

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de inclusão e exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.



3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2013			2014			2015 (até 30.09)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
Embargos de declaração	423	282	147	172	182	34	110	95	47
Antecipações de tutela	110	90	9	93	40	50	150	15	143
Impugnações à sentença de liquidação	12	8	3	8	6	3	2	4	3
Embargos à execução	86	67	77	70	87	50	43	42	51
Embargos à arrematação	3	3	3	2	2	2	4	2	6
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	12	1	17	23	19	19	6	13	12

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 368 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma redução de 43,03% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados caiu 25,50% na comparação entre os anos de 2013 e 2014, passando de 451 para 336; em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2014 caiu de 256 para 158 processos. Destaca-se, por fim, que em 30.09.2015 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 262 processos, saldo 65,82% superior ao do final do período anterior – sendo que as antecipações de tutela são a espécie que correspondem à maior parte (54,58%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

1	Processo nº 0108100-68.2009.5.04.0302
	Situação processual: consta do sistema inFOR a oposição, no dia 02.12.2014, de embargos de declaração pelo reclamante. Todavia, constata-se que, muito embora o procurador da parte autora tenha denominado a petição por ele apresentada como “embargos de declaração” (o que induziu à Unidade Judiciária a equívoco na realização do cadastramento da petição no sistema informatizado), a referida peça se trata, efetivamente, da resposta aos embargos à execução apresentados pela parte ré em 03.11.2014. Dessa forma, o incidente processual equivocadamente apresentado pelo demandante segue pendente de solução no sistema até o presente momento.



2

Processo nº 0129900-55.2009.5.04.0302

Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, em 07.02.2013, de **impugnação à sentença de liquidação** pela parte autora. Em 19.02.2013, foi publicado despacho no qual o Juízo apreciou e acolheu o incidente processual apresentado. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.

3

Processo nº 0001037-47.2010.5.04.0302

Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, em 31.03.2014, de **embargos à execução** pela parte ré. Em 10.04.2014, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de receber o incidente processual apresentado, por intempestivo. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.

4

Processo nº 0079300-30.2009.5.04.0302

Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, em 07.05.2012, de **embargos à arrematação** pela segunda reclamada. Em 14.05.2012, foi publicado despacho no qual o Juízo extinguiu, sem resolução do mérito, o incidente processual apresentado, por perda de objeto. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.

5

Processo nº 0114000-66.2008.5.04.0302

Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação de duas **exceções de pré-executividade** distintas pela 11ª reclamada, nos dias 08.05.2014 e 17.07.2014. Em 28.08.2014, foi lançado andamento correspondente à decisão proferida em um dos incidentes processuais opostos pela parte ré - seguindo pendente de solução até o presente momento o segundo incidente processual apresentado pela demandada. Verifica-se, entretanto, que o incidente apresentado em 17.07.2014 se trata de mera reiteração dos pedidos já elencados na exceção de pré-executividade por ela apresentada anteriormente.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 21.10.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 30.09)	Varição 2014-2015
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	73,41	65,13	-11,28%	118,98	82,69%
	Ordinário	196,24	206,48	5,22%	259,50	25,68%
	Total	175,14	180,81	3,24%	228,34	26,29%

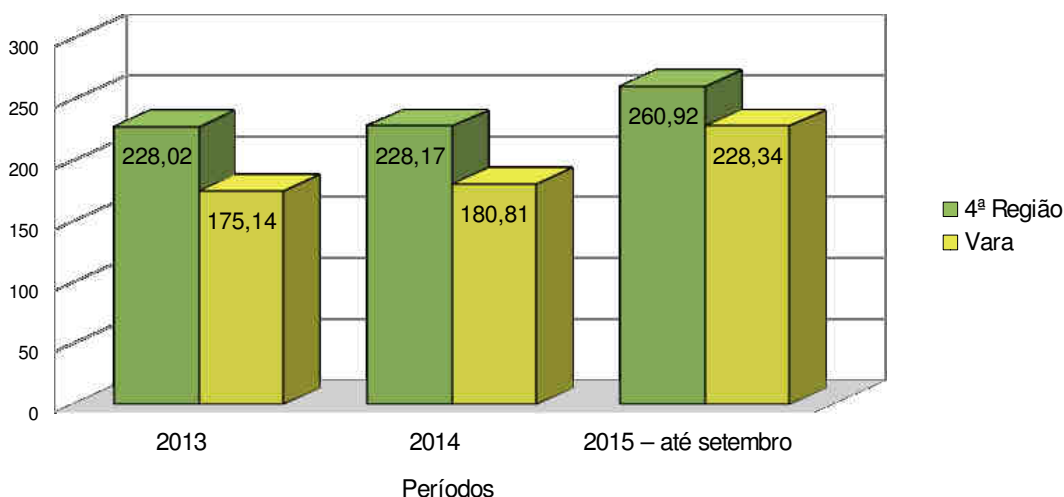
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)



No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 2ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo apresentou uma elevação de 3,24%, passando de 175,14 para 180,81 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou queda de 11,28% em relação à média do ano anterior, passando de 73,41 para 65,13 dias; por outro lado, o rito ordinário registrou um prazo médio de 206,48 dias, 5,22% mais moroso na comparação com 2013. Registra-se, ainda, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e setembro de 2015 apontam uma nova elevação (26,29%) no prazo médio de tramitação na fase de conhecimento.

A despeito dessa elevação, contudo, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 20,76% mais célere (47,36 dias) que a média de todas as Unidades do TRT4, ao passo que no período de janeiro a setembro de 2015 o prazo médio foi 12,49% mais curto (32,58 dias) do que o da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de conhecimento



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 30.09)	Varição 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	172,21	174,00	1,04%	95,75	-44,97%
	Ordinário	239,23	169,91	-28,97%	200,01	17,71%
	Total	233,49	170,32	-27,05%	194,53	14,21%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

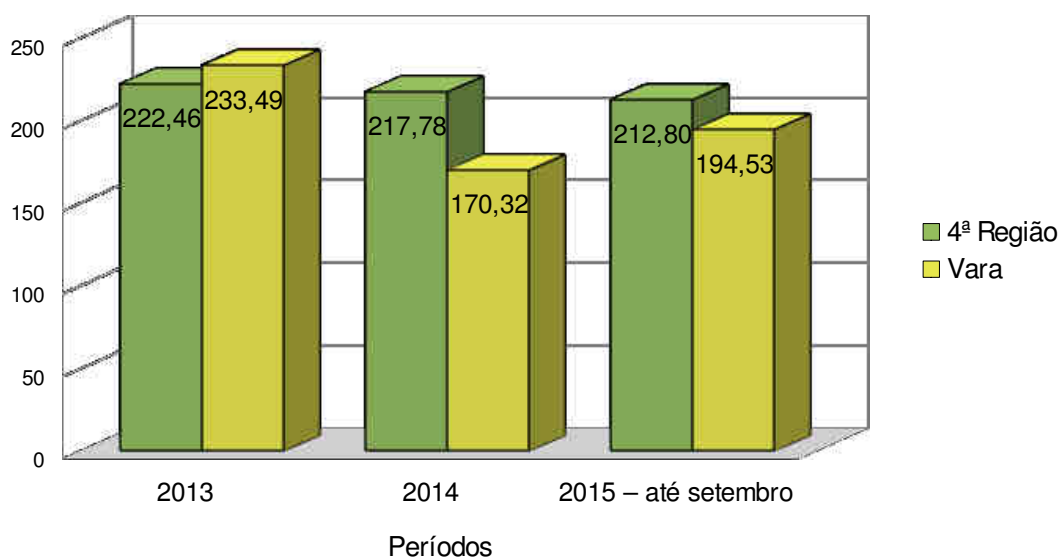
No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 174 dias, o que equivale a uma elevação de 1,04% em relação à média do ano anterior. Em



contrapartida, no rito ordinário o prazo médio alcançou 169,91 dias, 28,97% mais célere na comparação com 2013. A seu turno, os dados do ano de 2015, colhidos de janeiro a setembro, apontam uma tendência de redução do prazo médios entre o início e o encerramento da liquidação no tocante ao rito sumaríssimo, e de elevação desse lapso com relação ao rito ordinário.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2014 foi 21,79% mais célere (47,46 dias) do que o desempenho de toda a 4ª Região, e 8,59% mais ágil (18,27 dias) nos nove primeiros meses de 2015. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 30.09)	Varição 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	466,15	443,24	-4,92%	508,04	14,62%
	Ente público	780,71	936,40	19,94%	1.251,25	33,62%
	Total	472,44	452,30	-4,26%	526,39	16,38%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

O prazo médio de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária em 2014 nos processos em que o executado era ente privado foi de 443,24 dias, o qual foi 4,92% menor do que o prazo do ano anterior, ao passo que entre janeiro e setembro de 2015 esse prazo foi de 508,04 dias, 14,62% maior do que em 2014.

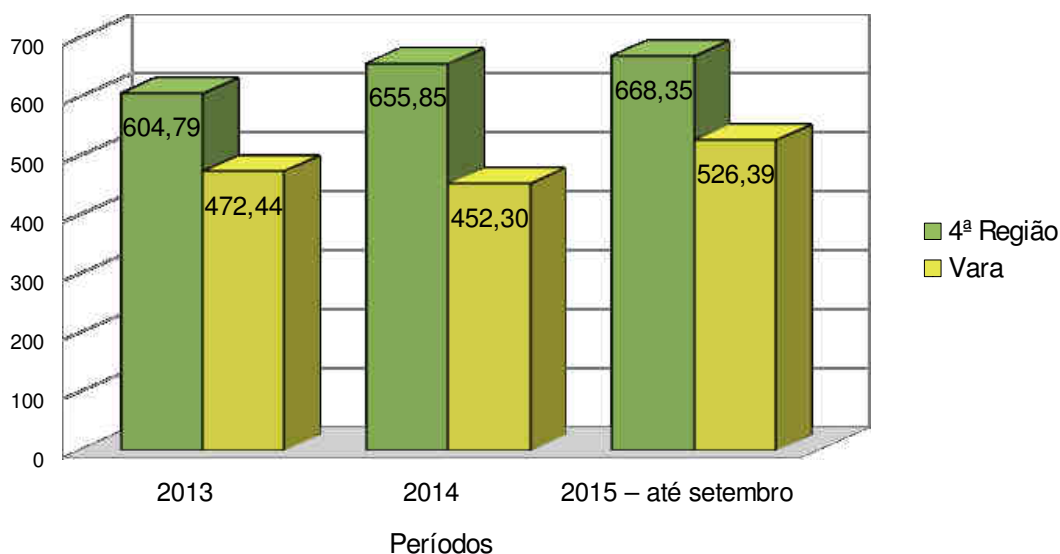
Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de



tramitação na fase de execução em 2014 foi de 936,40 dias, 19,94% mais moroso do que a média do ano anterior; já em 2015, o prazo médio subiu para 1.251,25 dias, lapso 33,62% mais longo do que em 2014.

Em contrapartida, na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014 (apresentados no gráfico abaixo), constatou-se que o tempo de tramitação na fase de execução foi 31,04% mais célere (203,55 dias) do que a média regional. Por sua vez, os dados de janeiro a setembro de 2015 apontam que, nesse período, o prazo médio de tramitação na Unidade foi 21,24% inferior (141,96 dias) à média de todo o TRT4.

Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANOS ANTERIORES A 2014

5.1.1 Meta 2 – 2009: “Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.1.2 Meta 2 – 2010: “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida



5.1.3 Meta 2 – 2012: “Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	Resultado
1.220	1.220	100,00%	Meta cumprida

5.1.4 Meta 2 – 2013: “Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	Resultado
1.172	1.172	100,00%	Meta cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

5.2.1 Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	%	Resultado
1.286	1.189	92,46%	Meta não cumprida

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012”.

META 2/2014 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011			
Processos não julgados até 31.12.2011	Processos distribuídos até 31.12.2011 e julgados entre 01.01.2012 e 31.12.2014	%	Resultado
49	49	100,00%	Meta cumprida
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012			
Processos não julgados até 31.12.2012	Processos distribuídos até 31.12.2012 e julgados entre 01.01.2013 e 31.12.2014	%	Resultado
618	589	95,31%	Meta cumprida

5.2.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Observação: O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (*percentual precedido do sinal positivo*) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (*percentual precedido do sinal negativo*) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	2.750
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	26
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	465
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	406
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	389
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	346
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	0
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	342
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	387
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	5
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	20
P5.16	Número total de processos em fase de execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	2
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	26
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	2



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** = $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$
Percentual de redução - Execução Fiscal = $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$

META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado
0,47%	Meta não cumprida
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado
19,23%	Meta cumprida

5.2.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.3 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.3.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 30.09.2015	Solucionados até 30.09.2015	%	Resultado parcial (até setembro)
954	891	93,40%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

5.3.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12. 2013”.

META 2/2015 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2013			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 01.01.2014 e 30.09.2015	%	Resultado parcial (até setembro)
593	560	94,44%	Meta já cumprida



5.3.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 30.09)	Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 30.09)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até setembro)
234	373	159,40%	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta

5.3.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado parcial (até setembro)
1 processo	Meta ainda não cumprida

Processo nº 0001237-83.2012.5.04.0302

Situação processual: trata-se de interdito proibitório* ajuizado por Rstupã Indústria de Plásticos Ltda. em face do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico e Resinas Sintéticas de Novo Hamburgo. Conforme consulta ao sistema inFOR, verifica-se que o processo permaneceu suspenso entre 16.04.2013 e 08.09.2015, aguardando o julgamento de ação declaratória que tramita perante a 3ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo sob o nº 0044700-77.2009.5.04.0303. Constata-se, também, que a referida ação declaratória ainda não transitou em julgado (de modo que o processo em comento ainda não se encontra passível de solução), e que a interrupção da suspensão ocorrida em 08.09.2015 se deu unicamente por necessidade de despacho.

* A classe Interdito Proibitório apenas terá incidência para fins de enquadramento na Meta 6/2015 CNJ apenas nos casos em que o processo versar sobre o direito de greve ou interesse de conteúdo coletivo.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 19.10.2015)

5.3.5 Meta 7: “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ				
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014	Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (30.09.2015)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta	Resultado parcial (até setembro)
1º Wms Supermercados do Brasil Ltda.	24	34	23	
2º Estado do Rio Grande do Sul	6	5	5	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	4	3	3	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	0	0	0	
5º	União	52	2	51	
6º	OI S.A.	7	8	6	
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	2	1	1	
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	10	17	9	
9º	Banco do Brasil S.A.	1	0	0	
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	

5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 (até 30.09)	Prazo médio a ser alcançado em 2015	Resultado parcial (até setembro)
228,17	180,81	228,34	179,01	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 30.09)	Meta para 2015	Resultado parcial (até setembro)
Total de acordos	682	654	668	478	675	Período de apuração



Média mensal de acordos	56,83	54,50	55,67	53,11	56,25	insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta
--------------------------------	-------	-------	-------	-------	--------------	--

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças, quartas e quintas-feiras pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

Juiz Titular	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	7 (I) 4 (P)	7 (U) 3 (P de sumaríssimos)	7 (I) 4 (P)	-
Tarde	-	6 (I) 3 (P)	-	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 10.11.2015)

Juiz Auxiliar (*)	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	7 (I) 4 (P)	7 (I) 4 (P)	7 (U) 3 (P de sumaríssimos)	7 (I) 4 (P)	-
Tarde	6 (I) 3 (P)	6 (I) 3 (P)	6 (I) 3 (P)	6 (I) 3 (P)	-

(*) Regime de Juiz Auxiliar até 08.7.2016.

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 10.11.2015)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
Inicial	23.02.2016	01.12.2015
Una Sumaríssimo	09.12.2015 (há horários vagos para prosseguimento em 25.11.2015, que serão utilizados para iniciais,	09.12.2015



	caso não preenchidos até a semana anterior)	
Instrução	05.07.2016	30.05.2016
Tentativa de acordo em execução	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 10.11.2015)

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.09)	Variação 2014-2015
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	33,97	40,51	19,26%	39,04	-3,61%
	Ordinário	76,36	56,24	-26,35%	57,63	2,47%
	Total	69,27	53,32	-23,03%	53,45	0,25%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2015)

As audiências iniciais no rito sumaríssimo tiveram seu prazo médio aumentado de 33,97 dias, em 2013, para 40,51 dias, em 2014 (elevação de 19,26%). Em contrapartida, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário caiu de 76,36 dias, em 2013, para 56,24 dias, em 2014 (queda de 26,35%). Por sua vez, os dados do ano de 2015, colhidos de janeiro a setembro, apontam para uma tendência de redução do prazo médio para a realização das audiências iniciais no tocante ao rito sumaríssimo, e de elevação desse lapso com relação ao rito ordinário.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elasticar a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2014					TOTAL
	Inicial	Instrução	Julgamento	Una	Conciliação	
Ana Paula Keppeler Fraga	24	14	0	0	0	38
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	80	41	0	0	0	121
Gustavo Pusch	19	10	0	0	0	29
Ivanise Marilene Uhlig de Barros	144	73	0	0	2	219
Paulo André de França Cordovil	739	407	0	82	20	1.248



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Rafael Moreira de Abreu	31	20	0	6	0	57
Thiago Boldt de Souza	108	63	0	0	0	171
TOTAL	1.145	628	0	88	22	1.883
2015 (até 30.09)						
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Julgamento	Una	Conciliação	TOTAL
Adriana Ledur	11	15	0	0	5	31
Giani Gabriel Cardozo	19	8	0	6	0	33
Gustavo Pusch	80	47	0	21	2	150
Ivanise Marilene Uhlig de Barros	104	53	0	39	0	196
Patrícia Bley Heim	22	13	0	19	0	54
Paulo André de França Cordovil	386	235	4	149	1	775
Sheila Spode	20	7	0	9	0	36
TOTAL	642	378	4	243	8	1.275

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.10.2015)

6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Consta-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juizes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2014						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Ana Paula Keppeler Fraga	6	11	0	17	1	18
Charles Lopes Kuhn	0	1	0	1	0	1
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	30	40	0	70	12	82
Daniela Meister Pereira	0	3	0	3	0	3
Déborah Madruga Costa Lunardi	1	16	0	17	0	17
Edenir Barbosa Domingos	0	3	0	3	0	3
Eduardo Batista Vargas	0	4	0	4	0	4
Gustavo Pusch	3	0	0	3	0	3
Ivanise Marilene Uhlig de Barros	89	41	0	130	23	153
Paulo André de França Cordovil	469	183	2	654	105	759
Rafael Moreira de Abreu	25	19	0	44	9	53



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Thiago Boldt de Souza	31	40	0	71	22	93
TOTAL	654	361	2	1.017	172	1.189
2015 (até 30.09)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Adriana Ledur	5	0	0	5	1	6
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	0	1	0	1	0	1
Giani Gabriel Cardozo	6	3	0	9	1	10
Gustavo Pusch	74	46	0	120	20	140
Ivanise Marilene Uhlig de Barros	61	50	0	111	11	122
Marcelo Bergmann Hentschke	0	0	0	0	9	9
Patrícia Bley Heim	20	13	0	33	6	39
Paulo André de França Cordovil	295	150	0	445	93	538
Rafael Moreira de Abreu	0	4	0	4	0	4
Sheila Spode	17	0	0	17	4	21
Thiago Boldt de Souza	0	1	0	1	0	1
TOTAL	478	268	0	746	145	891

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.10.2015)

6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz Titular – Paulo André de França Cordovil		
0020244-90.2014.5.04.0302	0020363-51.2014.5.04.0302	0000172-82.2014.5.04.0302
0020082-95.2014.5.04.0302	0000249-62.2012.5.04.0302	0020054-30.2014.5.04.0302
0020381-72.2014.5.04.0302	0000252-17.2012.5.04.0302	0020130-54.2014.5.04.0302
0020025-43.2015.5.04.0302	0000366-53.2012.5.04.0302	0020393-52.2015.5.04.0302
0020335-83.2014.5.04.0302	0000370-90.2012.5.04.0302	0020141-49.2015.5.04.0302
0020756-73.2014.5.04.0302	0020015-96.2015.5.04.0302	0020333-16.2014.5.04.0302
0020215-40.2014.5.04.0302	0020587-86.2014.5.04.0302	0020625-98.2014.5.04.0302
0020382-23.2015.5.04.0302	0020752-36.2014.5.04.0302	0020696-66.2015.5.04.0302
0020029-80.2015.5.04.0302	0020689-11.2014.5.04.0302	0020629-38.2014.5.04.0302
0020706-47.2014.5.04.0302	0000547-83.2014.5.04.0302	0020136-27.2015.5.04.0302
0020394-71.2014.5.04.0302	0020090-38.2015.5.04.0302	0020425-91.2014.5.04.0302
0020331-12.2015.5.04.0302	0020192-94.2014.5.04.0302	0020009-89.2015.5.04.0302
0020518-54.2014.5.04.0302	0020736-82.2014.5.04.0302	0020041-31.2014.5.04.0302
0020014-14.2015.5.04.0302	0000174-86.2013.5.04.0302	0020660-58.2014.5.04.0302
0020139-79.2015.5.04.0302	0000225-63.2014.5.04.0302	0001247-64.2011.5.04.0302
0020277-80.2014.5.04.0302	0000172-82.2014.5.04.0302	-
Total: 47 processos		



Juíza substituta zoneada – Ivanise Marilene Uhlig de Barros		
0051100-47.2008.5.04.0302	0020359-14.2014.5.04.0302	0020354-89.2014.5.04.0302
0020669-20.2014.5.04.0302	0020339-23.2014.5.04.0302	
Total: 5 processos		

Juiz substituto zoneado – Giani Gabriel Cardozo		
Não constam processos conclusos há mais de 50 dias		

Juiz substituto zoneado – Thiago Boldt de Souza		
Não constam processos conclusos há mais de 50 dias		

Juiz substituto zoneado – Gustavo Pusch		
Não constam processos conclusos há mais de 50 dias		

Juíza substituta – Sheila Spode		
0020030-65.2015.5.04.0302	0020561-54.2015.5.04.0302	0020586-04.2014.5.04.0302
0020112-96.2015.5.04.0302	0000176-22.2014.5.04.0302	-
Total: 05 processos		

(Fonte: Dados consolidados pelo Projeto BI TRT4 até o dia 10.11.2015. 50 dias anteriores à data da correção: 21.09.2015)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Sem pendências.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Na data da inspeção correcional, havia 32 mandados de processos físicos por expedir e 27 de processos eletrônicos, sendo a determinação mais antiga de 24.09.2015.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Tarefa executada em 24h a contar da determinação. Caso haja necessidade de revisão da conta, o alvará é expedido em até 03 dias.

7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

Segundo informou o Diretor de Secretaria, as petições são juntadas assim que recebidas, e havia algumas pendências de 09.11.2015.



7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Havia 24 processos pendentes de análise de protocolo do dia 09.11.2015.

7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

A certificação de prazo, na data da visita correccional, estava em 28.10.2015.

7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Não haviam pendências.

7.8 CONVÊNIOS

Utilizados regularmente pela Unidade.

7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Não haviam pendências. A remessa é semanal.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0062100-93.1998.5.04.0302*1	25.06.2015	3 meses e 25 dias
2	0000141-33.2012.5.04.0302*2	06.08.2015	2 meses e 14 dias
3	0015100-92.2001.5.04.0302*2	24.08.2015	1 mês e 26 dias
4	0050600-98.1996.5.04.0302*2	08.09.2015	1 mês e 12 dias
5	0000146-84.2014.5.04.0302*2	08.09.2015	1 mês e 12 dias
6	0001425-42.2013.5.04.0302*2	20.09.2015	1 mês
7	0129300-73.2005.5.04.0302*2	21.09.2015	29 dias
8	0063000-90.2009.5.04.0302*2	29.09.2015	21 dias
9	0089000-79.1999.5.04.0302*2	30.09.2015	20 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 19.10.2015)

*1 Processo nº 0062100-93.1998.5.04.0302: Foram expedidas notificação e carta precatória para busca e apreensão dos autos.

*2 Em todos os processos acima foram expedidas notificações para devolução dos autos.



7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
-	0105000-08.2009.5.04.0302*	20.07.2015	-

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 19.10.2015)

* Autos arquivados provisoriamente, sem baixa da carga ao perito.

7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	302-00258/15	0000910-07.2013.5.04.0302	02.06.2015	4 meses e 18 dias
2	302-00259/15	0000910-07.2013.5.04.0302	02.06.2015	4 meses e 18 dias
3	302-00275/15	0000269-82.2014.5.04.0302	09.06.2015	4 meses e 11 dias
4	302-00294/15	0000651-46.2012.5.04.0302	16.06.2015	4 meses e 4 dias
5	302-00303/15	0001099-19.2012.5.04.0302	23.06.2015	3 meses e 27 dias
6	302-00306/15	0001154-67.2012.5.04.0302	23.06.2015	3 meses e 27 dias
-	302-00321/15	0001416-80.2013.5.04.0302*	30.06.2015	1 mês e 4 dias, a contar de 16.09.2015
7	302-00270/15	0087200-50.1998.5.04.0302	18.08.2015	2 meses e 2 dias
8	302-00361/15	0000729-74.2011.5.04.0302	26.08.2015	1 mês e 24 dias
9	302-00398/15	0001070-32.2013.5.04.0302	26.08.2015	1 mês e 24 dias
10	302-00308/15	0001057-33.2013.5.04.0302	01.09.2015	1 mês e 19 dias
11	302-00392/15	0036000-52.2008.5.04.0302	15.09.2015	1 mês e 5 dias
12	302-00404/15	0000099-47.2013.5.04.0302	15.09.2015	1 mês e 5 dias
13	302-00407/15	0080300-27.1993.5.04.0302	15.09.2015	1 mês e 5 dias
14	302-00349/15	0000153-13.2013.5.04.0302	23.09.2015	27 dias
15	302-00436/15	0086300-86.2006.5.04.0302	29.09.2015	21 dias
16	302-00438/15	0056000-73.2008.5.04.0302	29.09.2015	21 dias
17	302-00368/15	0032300-83.1999.5.04.0302	06.10.2015	14 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 19.10.2015)

* Em 08.09.2015, foi proferido despacho determinando a devolução do mandado de penhora e avaliação.

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 19.10.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30



dias, a qual totalizou **334 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0000075-87.2011.5.04.0302
Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. Movimentação processual: Despacho da fl. 907, proferido em 24.07.2015, cumprido em 13.10.2015 (prazo superior a 60 dias)	
2	0068200-40.1993.5.04.0302
Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. Movimentação processual: Nada a apontar.	
3	0000093-45.2010.5.04.0302
Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. Movimentação processual: Nada a apontar.	
4	0000995-27.2012.5.04.0302
Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. Movimentação processual: Despacho da fl. 458, proferido em 24.08.2015, cumprido em 13.10.2015 (prazo superior a 30 dias).	
5	0000532-17.2014.5.04.0302
Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. Movimentação processual: Nada a apontar.	
6	0001228-24.2012.5.04.0302
Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. Movimentação processual: Os autos permaneceram sem movimentação por 60 dias, de 27.02.2014 (certidão no verso da fl. 207) a 25.04.2014 (certidão da fl. 208 – ciência de cálculos ao INSS); juntada da petição da fl. 254, 10 dias após a protocolização; cumprimento do despacho da fl. 255 em 23 dias (fls. 256-257).	
7	0089200-62.1994.5.04.0302
Aspectos gerais dos autos*: Não foi observado o correto procedimento quando da abertura do 2º volume, conforme preconiza o art. 73, § 1º da CPC/R; não foi afixada a etiqueta identificadora de tramitação preferencial no segundo volume dos autos. Movimentação processual: Nada a apontar.	
8	0001050-75.2012.5.04.0302
Aspectos gerais dos autos: Nada a apontar. Movimentação processual: A sentença de embargos de declaração das fls. 130-131 foi publicada em 08.01.2014 e as notificações às partes foram expedidas em 03.02.2014 (fls. 132-133); o prazo da notificação da fl. 166 expirou em 26.11.2014, conforme andamentos do Infor, e a certificação de decurso de prazo foi efetuada em 17.12.2014 (21 dias após); o prazo da notificação da fl. 197 expirou em 15.07.2015 e a certificação de decurso de prazo foi efetuada em 21.09.2015 (60 dias após); o despacho da fl. 198, proferido em 23.09.2015, foi cumprido em 13.10.2015.	
9	0125500-57.1993.5.04.0302
Aspectos gerais dos autos*: Ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 65; documentos reduzidos juntados à fl. 75 não quantificados, nem numerados. Movimentação processual: Cumprimento do despacho da fl. 37 em prazo superior a 30 dias (despacho	



proferido em 02.04.2014 e certidão de cálculo e mandados de citação confeccionados em 06.05.2014); cumprimento da segunda parte do despacho da fl. 91, proferido em 07.08.2015, em 14.10.2015 (mandados de citação das fls. 95-96).

10

0000913-59.2013.5.04.0302

Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar. **Movimentação processual:** Cumprimento do despacho da fl. 329, carmim, proferido em 10.08.2015, em 60 dias (expedientes das fls. 340-344, de 13.10.2015).

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No exame da listagem de processos parados no Sistema inFor, não foram encontradas práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos. Do total de **334 processos** sem movimentação, constatou-se que esses **estão regulares** ou com procedimentos em andamento, em razão de que aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, conclusos para despacho ou decisão ou sendo movimentados pela Secretaria, num prazo regular, razão pela qual é elogiável a rotina de trabalho da Unidade no tocante a este aspecto da inspeção correccional.

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução



para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

A implantação do PJE na Unidade Judiciária ocorreu em 24.06.2014. Para efeito correcional, foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 28.10.2015 e 06.11.2015 com nova verificação na data da inspeção, juntamente com a Diretora de Secretaria. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:

Agrupador	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos c/petições avulsas	-	-	-	10.11.2015
C/habilitações não lidas	-	-	-	10.11.2015
C/pedido de liminar	-	-	-	10.11.2015
C/petições não apreciadas	-	20	10	09.11.2015
Mandados devolvidos OJ	-	-	-	10.11.2015
Pasta	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando cumprimento providência	Conhecimento	204	12 processos na subpasta '02 a 06.11'	06.11.2015
Aguardando cumprimento providência	Liquidação	-	-	10.11.2015
Aguardando cumprimento providência	Execução	08	20289.94.2014 (aguarda prazo de acordo até dez/2015)	07.05.2015
Aguardando ciência	Conhecimento	04	20475.20.2014	06.11.2015
Aguardando ciência decisão-ConPra	Conhecimento	-	-	10.11.2015
Aguardando término dos prazos	Conhecimento	133	20144.38.2014	23.08.2015
Aguardando término dos prazos	Liquidação	-	-	10.11.2015
Aguardando término dos prazos	Execução	46	Todos com prazo	10.11.2015
Apreciar urgentes	-	-	-	10.11.2015
Controle de Sobrestamento-suspensão	Conhecimento	01	20028.32.2014 (aguarda trâmite processo da 5ª VT de Novo Hamburgo)	03.09.2014
Controle manual prazo pós sent.	Conhecimento	-	-	10.11.2015
Controle manual prazo pós sent	Liquidação	-	-	10.11.2015
Controle manual prazo pós sent	Execução	-	-	10.11.2015



Prazos vencidos	Conhecimento	-	-	10.11.2015
Prazos vencidos	Liquidação	-	-	10.11.2015
Prazos vencidos	Execução	-	-	10.11.2015
Remeter 2º Grau	-	02	20502.03.2014 (com chamada junto à Setic – problemas na remessa)	22.10.2015
Triagem inicial	-	01	21138.32.2015 (audiência já designada)	06.11.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

Os processos são movimentados regularmente e, relativamente à designação de audiências iniciais, a Unidade observa o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

Constatou-se que há bom gerenciamento, verificação periódica das tarefas e movimentação processual satisfatória dos processos que tramitam no meio eletrônico. As pastas e subpastas criadas possibilitam boa organização e visualização das tarefas a serem executadas pela Unidade.

De qualquer forma, reiterou-se à Diretora de Secretaria a necessidade de gerenciamento e verificação constante dos agrupadores para melhor controle da movimentação processual.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

Os dados que foram extraídos por meio da consulta ao sistema eGestão revelam o muito bom desempenho que tem sido mostrado pela unidade nos últimos anos. Como aspecto inicial, destacam-se os prazos de tramitação processual que estão, em todas as fases, abaixo da média regional, isto é, são mais exíguos do que parâmetro médio do Estado, ainda que tenham se elevado até setembro deste ano se comparados ao ano de 2014. A propósito, foi ponderado pela Diretora de Secretaria e pelo Juiz Titular Paulo André de França Cordovil que, sobre as fases de liquidação e execução, repercute o efeito da atual controvérsia jurídica acerca do índice a ser aplicável sobre a atualização dos débitos trabalhistas. De qualquer forma a unidade atingiu, até setembro de 2015, com razoável folga, a meta do CNJ cuja proposição é baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos - o que aponta para o atingimento total da meta até o final do ano).

O exame dos processos físicos teve resultado excelente na medida em que, em mais da metade dos autos analisados, não foram constatados



quaisquer lapsos de tramitação e, naqueles em que foram apurados lapsos, esses estiveram relacionados ao reflexo do período de greve durante o presente ano que, segundo informado pela Diretora de Secretaria, teve adesão média de 08 servidores.

O Juiz Titular Paulo André de França Cordovil mostrou-se interessado, presente e comprometido com a jurisdição e, conforme relatado à Corregedora, manterá a prolação de suas sentenças com observância da ordem cronológica de conclusão.

Ao final, a Corregedora elogiou o comprometimento de todos os servidores da unidade pelos resultados apresentados. Aberta a palavra aos presentes, o Juiz Titular manifestou sua satisfação com a gestão da unidade e louvou a todos os servidores que compõem a equipe pela qualidade do trabalho apresentado e os resultados que têm sido obtidos junto aos jurisdicionados.

12 RECOMENDAÇÕES

ITEM 5.3.1 (Meta CNJ 1 – 2015)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2014 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.2.1), de forma que a meta CNJ 1/2014 não foi cumprida pela Unidade Judiciária, e que os dados apurados até 31.08.2015 apontam tendência de não cumprimento da meta do presente ano.

ITEM 5.3.4 (Meta CNJ 6 – 2015)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária acompanhe o trâmite da ação declaratória que tramita perante a 3ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo sob o nº 0044700-77.2009.5.04.0303 para que, tão logo finda a causa da suspensão do processo nº 0001237-83.2012.5.04.0302, tome as medidas necessárias para que este feito tenha tramitação prioritária, com prolação de sentença no menor prazo possível.

13 DETERMINAÇÕES

ITEM 3.4.3. (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;

b) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos descritos no item 3.4.3**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do



TRT4, de 27.12.2011;

c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

a) efetue a exclusão do andamento informatizado “Petição Protocolada – 290 – Embargos de Declaração – Oposição – RTE”, datado de 02.12.2014, no processo nº 0108100-68.2009.5.04.0302, seguida pelo lançamento, retroativo à referida data, do andamento “Petição Protocolada – 140 – Contra-Razões/Contraminuta/Contestação – Juntada – RTE”;

b) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 19.02.2013, relativos à conclusão para julgamento da impugnação à sentença de liquidação apresentada pela parte autora e da decisão que acolheu o referido incidente processual no processo nº 0129900-55.2009.5.04.0302;

c) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 10.04.2014, relativos à conclusão para julgamento dos embargos à execução apresentados pela parte ré e da decisão que deixou de receber o referido incidente processual no processo nº 0001037-47.2010.5.04.0302;

d) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 14.05.2012, relativos à conclusão para julgamento dos embargos à arrematação apresentada pela segunda reclamada e da decisão que extinguiu sem resolução de mérito o referido incidente processual no processo nº 0079300-30.2009.5.04.0302;

e) efetue a exclusão do andamento informatizado “Petição Protocolada – 340 – Exceção de Pré-Executividade – Apresentação – RDA”, datado de 17.02.2014, no processo nº 0114000-66.2008.5.04.0302, seguida pelo lançamento, retroativo à referida data, do andamento “Petição Protocolada – 390 – Incidentes Processuais – Apresentação – RDA”.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO

Determina-se que os Juízes **Paulo André de França Cordovil** e **Ivanise Marilene Uhlig de Barros** profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.7 deste relatório correcional, com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

Cientifique-se a Juíza Substituta **Sheila Spode** acerca dos processos conclusos há mais de 50 dias, indicados no mesmo item deste relatório, para



que profira as sentenças com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

ITEM 7.10.1 – ADVOGADOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.1 deste relatório correccional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 7.10.3 - MANDADOS – PRAZOS VENCIDOS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.3 deste relatório correccional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- b) quando da juntada de documentos reduzidos, seja rigorosamente observado o art. 68 e §§ da CPCR;
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais cumprindo, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- d) cumpra a determinação do art. 73, § 1º, da CPCR, quando da abertura de novos volumes em autos que retornaram de instâncias superiores.

14 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Titular, a Diretora e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo, no dia 10.11.2015, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Em relação à unidade, não houveram interessados em se manifestar. Compareceu a Presidente da Seccional da OAB local, a advogada Ivete Dieter, que elogiou tanto o atendimento dispensado por todos os servidores de todas as unidades do Foro como o trabalho, atuação e tratamento dispensado pelos Juízes. Especificamente em relação às 2ª, 4ª e 5ª Varas e Coordenadoria de Controle de Direção do Foro de Novo Hamburgo, compareceu, na qualidade de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

representante da AGETRA, o advogado Álvaro Klein, que relatou o bom trabalho que vem sendo demonstrado por essas unidades.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

16 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Titular Paulo André de França Cordovil, pela Diretora de Secretaria Andressa Trierweiler e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Beatriz Renck
Corregedora Regional**